

## Sobre o Poder<sup>1</sup>

*Kleber Prado Filho*<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina

### Resumo

Este artigo pretende recuperar o debate de Michel Foucault com a tradição da Teoria Política Moderna em torno da problemática do poder, apresentando uma reflexão histórica sobre suas modernas formas de exercício no Ocidente. Neste sentido, contrapõe uma perspectiva analítica e microfísica à abordagem “jurídico-discursiva do poder”, hegemônica no pensamento político moderno, apontando al-

### Abstract:

This article intends to recover Michel Foucault's discussion of the tradition of the Modern Political Theory with regard to the issue of power, presenting an historical reflection about its modern practices in the Western world. In this sense, it counterposes an analytical and microphysical perspective to the “juridical-discursive” approach to power, hegemonical in the modern political thought, pointing at some

---

<sup>1</sup> On Power.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

gumas matrizes históricas de ordem teórico-prática, às quais encontram-se genealógicamente ligadas algumas práticas políticas características da modernidade: as disciplinas e a anátomo-política dos corpos; as bio-políticas de regulação e controle das populações; o governo das condutas e o pastorado cristão.

historical matrices of theoretical and practical order, genealogically associated to some political practices which are characteristic of modernity, the disciplines and the anatomical policy of the bodies, the biopolitics of demographic regulation and control; the government of behaviours and the Christian parish view.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; poder; bio-poder.

**Keywords:** Michel Foucault; power; biopower.

\*\*\*\*\*

**P**oderíamos afirmar que Maquiavel, no início do século XVI, e Thomas Hobbes, em meados do século XVII, inauguram o pensamento político moderno, fundando uma tradição que passa ainda, entre outros, por Étienne de La Boétie, Jean Bodin, Thomas More, Grócio, Locke, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, Hegel - no século XIX, e Max Weber, já no século XX.

Esta tradição trata, inicialmente, da separação entre poder eclesiástico e poder propriamente político, laico, e também, da instituição das sociedades, dos códigos legais, das formas modernas de democracia e cidadania, da estruturação do modo de produção capitalista, das formas de governo e da constituição dos Estados, enfim, destes acontecimentos políticos fundamentais que marcam a emergência da modernidade e que, ainda hoje, servem de pano de fundo para os nossos modos de vida. Encontramos aí uma multiplicidade de discursos que algumas vezes se apóiam e se complementam, em outras, polemizam e rivalizam entre si, enunciando formas para o exercício do poder de um príncipe, a soberania do Estado; o “jus-naturalismo”; o contratualismo social; os princípios de uma política liberal; a separação e o equilíbrio entre os poderes, as formas de universalidade da razão e do direito e os modos de organização burocrática do poder.

A este conjunto multiforme e muitas vezes contraditório de discursos Michel Foucault denominou, contemporaneamente, “abordagem ju-

rídico-discursiva do poder”. Esta modalidade de análise da problemática do poder parte do princípio de que este, num sistema democrático, emana da sociedade civil, que se esvazia de sua potência à medida que esta é transferida, pelo mecanismo do voto, a uma instância que concentra e centraliza “o Poder”: a sociedade política. Tal instância materializa-se na figura do Estado e seus aparelhos - o moderno Estado de direito - que passa a ser o responsável pelo controle e gerência da coletividade, através de um sistema de leis racional e democraticamente instituídas. Isto implica na soberania do Estado, traduzida na “detenção do monopólio da violência legítima” sobre uma população que ocupa determinado território.

Em última instância, este poder concentrado na sociedade política provém dos indivíduos que compõem uma coletividade, da figura do “eleitor” que elege seus “representantes” num pleito democrático, transformado agora em “cidadão” - sujeito de direito. Este é, supostamente, alguém que transferiu para uma classe política seu poder de participação direta nas decisões envolvendo a coletividade, em troca da segurança da tutela do Estado, que lhe acena com uma carta de direitos e deveres, fazendo dele “sujeito”, no sentido pleno do termo. Uma sociedade democrática funciona a partir de ideais abstratos de “liberdade”, “igualdade” e “justiça” que, longe de serem condições efetivas de vida, são princípios reguladores da ordem social - é fundamental para “o poder” que cada “sujeito” acredite neles, na possibilidade atual ou futura de sua concretização, mesmo constatando que eles não existem de fato.

Segundo a abordagem jurídico-discursiva do poder, este funciona basicamente pelo princípio da coerção, da repressão - trata-se, portanto, de um poder que castra, que nega, que anula, que destrói - uma concepção “negativa” de poder. Está colocada, então, uma questão fundamental para a teoria política clássica, para algumas filosofias, e para a psicanálise em particular - senão para a modernidade em geral - relativa à dualidade e oposição entre lei x desejo, repressão x desejo. Cumpre lembrar que o termo “repressão” circula igualmente no contexto dos discursos políticos e policiais, como no contexto dos discursos “psi”, particularmente da psicanálise. Na tradição jurídico-discursiva, aquilo que o poder visa negar e anular, em última análise, é o desejo dos sujeitos. A moderna problemática da repressão apresentaria, assim, uma vertente propriamente política, referente ao controle e moralização dos comportamentos e costumes, que remete ao conjunto da população, e uma vertente psicológica, muitas vezes referida como “internalização da repressão”, “polícia da interioridade”, agindo no âmbito da subjetividade dos indivíduos.

Michel Foucault, porém, apresenta-nos uma outra perspectiva de tratamento das questões políticas, tecendo uma crítica à abordagem jurídico-discursiva. Ele virá, em seus estudos genealógicos, trabalhar a temática do poder - ou dos poderes - a partir da sua positividade, como elemento produtivo de acontecimentos, de “realidades”, junto dos corpos e das subjetividades dos sujeitos. Não se trata da formulação de uma teoria do poder descrevendo modos totalizantes de dominação, mas de uma “analítica do poder” em sua capilaridade, na multiplicidade de suas práticas e relações, tomando-o como bio-poder, ou poder que se exerce sobre a vida, potencializando-a. Recorrendo aos seus próprios argumentos:

*Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força iminentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988:88/9).*

Ainda, segundo FOUCAULT, qualquer tipo de relação social - seja ela econômica, de trabalho, de conhecimento, familiar, afetiva, sexual, etc - é uma forma de relação de poder. Em “A vontade de saber” a diversidade do exercício de poder será caracterizada da seguinte forma:

- o poder não é algo que se adquira ou detenha, mas se exerce a partir de inúmeros pontos, em relações móveis e desiguais;
- ele está em toda parte, não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares, de todos os pontos da rede social;
- ele vem de baixo, portanto, não há uma matriz geral ou uma “fonte” localizada onde este se concentre e de onde ele “emane”;
- “as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas”;

- “onde há poder há resistência” - esta é inerente ao exercício de poder. “Vigiar e punir” já havia apontado para a “microfísica”, ou o movimento de circulação de micropoderes pela extensão da rede social, correlativo de uma “anátomo-política dos corpos”: uma tecnologia de poder que se desenvolve às portas da modernidade, a partir de um investimento político dos corpos pela aplicação de práticas disciplinares. As disciplinas, longe de restringir e destruir os corpos, fabricam-nos, tornando-os úteis e produtivos de uma perspectiva econômica, ao mesmo tempo que, dóceis e submissos sob os aspectos políticos, prestando um valioso serviço ao desenvolvimento da máquina de produção capitalista emergente neste momento. O poder disciplinar, no entanto, não se aplica apenas aos corpos dos indivíduos, mas, ainda, ao corpo social, esquadrinhando-o, especializando-o e submetendo-o a um exaustivo exercício de vigilância, que se generaliza em “panoptismo”. São justamente estas propriedades de redesenhar o corpo social, de construir os corpos dos indivíduos e também, de controlar as populações, que virão a caracterizar modernamente a política como exercício de práticas de *biopoder*. O surgimento de tais procedimentos marca o momento da entrada dos fenômenos próprios à vida humana na ordem do saber e do poder - diz respeito à colocação da vida como objeto político.

Conforme FOUCAULT, esta tecnologia multiforme de gestão da vida substitui um regime de poder predominante antes da modernidade, centrado em laços de sangue e no direito de causar a morte ou deixar viver. O problema que se coloca modernamente para o poder não diz tanto respeito à questão jurídica de manutenção da soberania, quanto aos aspectos biológicos de investimento nos corpos dos indivíduos e de regulação de uma população. Uma bio-política, antes de funcionar pela aplicação da lei e de seus mecanismos coercitivos, atende ao princípio da normatividade - a “norma” compreende uma série de micro-regulações e classificações comparativas, fundamentadas em conhecimentos científicos, que inserem o indivíduo no quadro referencial da normalidade social, podendo, também, excluí-lo. Em suas palavras:

*Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na*

*sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces - anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, do decorrer da época clássica, das disciplinas diversas - escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um 'biopoder' (FOUCAULT, 1988:131).*

Pode-se perceber então, em suas descrições históricas, diferentes economias de poder que se superpõem: uma contemporânea da emergência dos Estados monárquicos europeus ao final do período medieval, voltada ao problema da soberania e da lei; outra, correspondente ao desenvolvimento de técnicas de biopoder ao longo dos séculos XVII e XVIII, período por ele denominado, "clássico"; e outra, ainda, propriamente moderna - a partir do século XIX - quando esta tecnologia bio-política já está consolidada, centrada no exercício regulador da normalização social.

O surgimento da problemática das populações como individualidades orgânicas no século XVIII torna cada vez mais aguda a questão do governo em termos de estratégias bio-políticas, portanto, não governo de coisas, de processos, pensado em suas formas, ligado a uma ideologia, ou tomado como modo global de dominação, mas governo das condutas dos indivíduos e do conjunto da população, a partir de suas necessidades materiais e características biológicas.

FOUCAULT abordou este tema em um curso ministrado no *Collège de France* durante o ano letivo de 1977/1978, intitulado "Securité, territoire et population",<sup>3</sup> dedicado à análise da formação de uma governamentalidade

dade no Ocidente, ou, da difusão e expansão das práticas de governo sobre a vida como acontecimento político característico da modernidade. Neste curso ele aponta que o movimento histórico verificado no limiar da modernidade embrica governo x economia x população, implicando a emergência de novos procedimentos de poder. Surge a economia política como campo de saber e de práticas, ao mesmo tempo em que a família desaparece definitivamente como modelo econômico e de gestão, inserindo-se, a partir de então, como elemento fundamental no interior das populações. A tecnologia de governo que se instala agora, deriva das “artes de governar”, muito difundidas no final do período medieval, firmando-se, desde então, como modo básico de racionalização do poder político no Ocidente.

Genealógicamente a questão do governo liga-se, ainda, às práticas de poder pastoral desenvolvidas pelo cristianismo - FOUCAULT tratou deste tema nas conferências proferidas em Vermont, em 10 e 16 de outubro de 1979.<sup>4</sup>

Nestas palestras ele observou que o pastorado não é uma temática privilegiada na literatura política grega nem romana, no entanto, encontra-se presente nas referências ao rei-pastor e ao pastor de homens, comuns nas sociedades orientais antigas do Egito, Assíria e Judéia. Foram, porém, os hebreus que ligaram o pastorado ao monoteísmo e à concentração do poder político, afirmando que “somente Deus é pastor de seu rebanho e *Yahvé* é o único pastor de seu povo”. A ligação entre Deus e o rei passa pelo fato deles desempenharem, em continuidade, o mesmo papel: cabe ao rei-pastor cuidar das criaturas do grande pastor divino - o rebanho que eles vigiam é o mesmo.

Destacam-se algumas características do pastorado antigo relativamente à prática e ao pensamento político grego:

- o pastor exerce seu poder mais sobre o rebanho do que sobre o território. - não é a terra, mas a relação entre o pastor e o rebanho que é fundamental;
- o pastor reúne e guia seu rebanho - ele é o elemento aglutinador,

<sup>3</sup> Este curso foi originalmente publicado em italiano por Pasquale Pasquino na revista *Aut-Aut* n.167-168, Set./Dez. 1978. Existe versão do texto em português, traduzida e publicada por Roberto Machado em “Microfísica do poder”, sob o título: “A governamentalidade” (op. cit.).

<sup>4</sup> Estas conferências foram apresentadas sob o título: “Each and every one: a criticism of political rationality” e originalmente publicadas sob o título: “Omnes et singulatim: towards a criticism of ‘Political Reason’”, in “The Tanner lectures on human values”, University of Utah Press, 1981, v.2. Está sendo aqui utilizada a versão em língua espanhola publicada por Miguel Morey no livro: “Tecnologías del yo, y otros textos afines”, citado na bibliografia.

- basta que desapareça para que o rebanho se desmembre;
- seu papel principal é garantir a salvação do rebanho, mas não se trata de uma salvação em massa e sim, de forma individualizada;
- o pastorado é exercido como dever - o pastor vela o sono de suas ovelhas - a vigília é fundamental, ninguém deve se perder de seu olhar.

O cristianismo, no entanto, veio a introduzir, durante o período medieval, algumas novidades em termos das práticas pastorais. Primeiro, em relação à responsabilidade: não mais é suficiente o pastor dar conta do conjunto do rebanho e de cada uma das ovelhas - ele deve, ainda, se responsabilizar por cada uma de suas ações, por tudo que lhes acontece, em todos os detalhes. Depois, quanto à obediência: a relação entre o pastor e a ovelha no cristianismo é individualizada implicando uma submissão pessoal - a obediência é uma virtude cristã. Em termos de conhecimento: o pastor precisa conhecer profundamente cada uma de suas ovelhas - suas necessidades, seus segredos, seus pecados, o que faz cada um e o que lhes acontece - em detalhes.

FOUCAULT assinala o estreito vínculo estabelecido pelo cristianismo entre obediência total, o conhecimento de si mesmo e a verbalização a uma outra pessoa, posto em movimento pela introdução de técnicas de exame e direção de consciência e também, de confissão. Estas técnicas difundidas pelo cristianismo objetivam, por fim, alcançar uma renúncia ao mundo e a si mesmo que funciona como “mortificação”, ou uma morte diária que possibilita o renascimento para uma vida - eterna - em outro mundo, implicando uma ética, uma modalidade de relação consigo mesmo, que é constitutiva da identidade cristã. Nota-se, portanto, que o traço distintivo da prática cristã em relação ao pastorado antigo refere-se ao seu desenvolvimento como tecnologia política que concerne de forma particularmente íntima à vida dos indivíduos, o que equivale a dizer que o pastorado cristão caracteriza-se como um conjunto de procedimentos que individualizam, ao mesmo tempo que “interiorizam” as relações de poder. O trecho seguinte, que finaliza sua primeira conferência, sintetiza esta questão, ligando-a à problemática política moderna e chamando-nos a atenção para o fato de que na figura do Estado cruzam-se as técnicas políticas e as práticas pastorais:

*Podemos decir que el pastorado cristiano ha introducido un juego que ni los griegos ni los hebreos imaginaron. Un juego extraño cuyos elementos son la vida, la muerte, la verdad, la obediencia, los individuos, la identidad; un juego que parece no tener ninguna relación con el de la ciudad que sobrevive a través del*

*sacrificio de los ciudadanos. Nuestras sociedades han demostrado ser realmente demoníacas en el sentido de que asociaron estos dos juegos - el de la ciudad y el ciudadano, y el del pastor y el rebaño - en eso que llamamos los Estados modernos (MOREY, 1990:116/7).*

A questão do governo colocada deste modo se desloca da perspectiva das formas de exercício do poder político e de gestão do Estado, remetendo ao problema do governo dos outros e do governo de si mesmo. Governo dos outros, entendido como “condução da conduta” dos indivíduos e das populações; governo de si, entendido como relação ética que se estabelece consigo mesmo, não no sentido da reflexão, da autonomia e da liberdade dos atores sociais, mas uma modalidade de relação que implica o reconhecimento de si mesmo como sujeito moral: esta fórmula moderna de sujeição, referente ao governo de si mesmo pela verdade.

Deste ponto de vista destacam-se as práticas de normalização e identificação como jogos de poder fundamentais à manutenção da moderna ordem social nas sociedades ocidentais. A “normalização” diz respeito a procedimentos de separação, comparação e classificação dos indivíduos em relação à população à qual pertencem, implicando seu posicionamento relativamente ao grupo de referência - sua inclusão ou exclusão - possibilitando sua identificação social. Esta, por sua vez, é composta pelos procedimentos objetivantes apontados, mas conta, ainda, com um apoio dos próprios indivíduos, em termos de modos de subjetivação ligados à prática, que fazem com que o indivíduo não só aceite a identidade que lhe é socialmente atribuída, como também se espelhe nela, se reconheça nela e a partir dela. Tais práticas têm suporte científico, ou seja, são legitimadas por saberes sobre os indivíduos, que são socialmente reconhecidos como “verdadeiros”. É quase desnecessário lembrar, então, que são as formas de identidade que mantêm os indivíduos atados e concretamente sujeitos ao poder nas modernas sociedades ocidentais. A problemática política contemporânea, segundo FOUCAULT refere-se menos à tomada do aparelho estatal ou à necessidade de libertar o indivíduo do Estado e suas instituições, do que recusar o tipo de individualização que este produz.

É, portanto, exatamente a articulação destes jogos cotidianos de poder, ao mesmo tempo totalizantes e individualizantes, que tem garantido a sobrevivência e a soberania política dos Estados desde o final do período medieval. Não devemos nos iludir, porém, quanto à questão da soberania - ela não é o ponto de partida, não deve ser tomada como o

núcleo do problema do poder, ela é apenas resultado final, efeito último do agenciamento ascendente de fluxos capilares de poderes distribuídos por toda a extensão da rede social. Mais importante que explicar a composição da soberania de um Estado seria compreender, conforme Michel Foucault, a formação de uma ampla “governamentalidade” nos tempos modernos. Em seus termos, esta figura política diz respeito a um conjunto de estratégias e procedimentos de poder emergentes nos séculos XVII e XVIII, que toma como alvo os indivíduos e as populações, utilizando-se de dispositivos de saúde e segurança e apoiando-se na economia política como forma predominante de conhecimento, tendendo a multiplicar uma série de aparelhos e saberes específicos relativos às práticas de governo.

Vamos concluir com um trecho do seu curso no *Collège de France* em 1º de fevereiro de 1978 citado à nota de rodapé n.2, relativo a este tema e publicado em “Microfísica do poder”:

*Sabemos que fascínio exerce hoje o amor pelo Estado ou o horror do Estado; como se está fixado no nascimento do Estado, em sua história, seus avanços, seu poder e seus abusos, etc. Esta supervalorização do problema do Estado tem uma forma imediata, efetiva e trágica: o lirismo do monstro frente aos indivíduos; a outra forma é a análise que consiste em reduzir o Estado a um determinado número de funções, como por exemplo ao desenvolvimento das forças produtivas, à reprodução das relações de produção, concepção do Estado que o torna absolutamente essencial como alvo de ataque e como posição privilegiada a ser ocupada. Mas o Estado - hoje provavelmente não mais do que no decurso de sua história - não teve esta unidade, esta individualidade, esta funcionalidade rigorosa e direi até esta importância. Afinal de contas, o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita. O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas o que chamaria de governamentalização do Estado. (FOUCAULT, 1984:292).*

## Referências bibliográficas

- BOBBIO, N. *Teoria das formas de governo*. 4ed. Brasília : EdUnb, 1985.  
 \_\_\_\_\_; BOVERO, M. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, É. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 5ed. Petrópolis : Vozes, 1987.  
 \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 9ed. Rio de Janeiro : Graal, 1988.

- \_\_\_\_\_. Naissance de la biopolitique. In: \_\_\_\_\_. *Résumé des cours 1970-1982*. Paris : Julliard, 1989, p.109-122.
- \_\_\_\_\_. Du gouvernement des vivants. In: \_\_\_\_\_. *Résumé des cours 1970-1982*. Paris : Julliard, 1989, p. 123-132.
- \_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica do poder*. 4ed. Rio de Janeiro : Graal, 1984, p. 277-293.
- \_\_\_\_\_. Omnes et singulatim: Hacia una crítica de la 'Razón Política'. In: MOREY, M. (Org.). *Tecnologías del yo, y otros textos afines*. Barcelona : Paidós/ICE-UAB, 1990, p.95-140.
- GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel*. 8ed. Porto Alegre : LPM. 1987.